



96

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0316917-3**

**COMARCA: Recife**

**AGRAVANTE: Luiz Barbosa de Aguiar e Outro**

**AGRAVADO: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO INSTITUÍDA PELA LEI ESTADUAL Nº 59/04. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. RECURSO PROVIDO. 1. A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de inclusão, na base de cálculo dos proventos dos autores/agravantes, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 2. Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória denominada *“gratificação de risco de policiamento ostensivo”*. 3. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, *“e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo”*. 4. Nessa linha, observou-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem *“as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96”*, compreendendo todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. 5. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º da LC 59/04 textualmente afirma que *“O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar”*). 6. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação *“aos proventos ou pensões dos referidos militares”*, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 7. Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma ordem de





917  
8

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*grandeza*). **08.** É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si. **09.** Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde. **10.** Assim, pelo *mero exercício de funções normais*, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas (artificialmente apontadas como *propter laborem*, com o evidente propósito de frustrar o regime constitucional da paridade). **11.** Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*. **12.** Assim, o reconhecimento – *em juízo de cognição sumária* – do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido dos autores **13.** Por isso, impõe-se a inclusão da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC nº 59/04, na base de cálculo dos proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador. **14.** Nessa perspectiva, impõe-se o reconhecimento da presença tanto do *fumus boni iuris* como do *periculum in mora* na hipótese vertente (este último pelo evidente caráter alimentar da verba em lumen). **15.** Agravo de instrumento provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0316917-3, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0316917-3

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Luiz Barbosa de Aguiar e Outro

AGRAVADO: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores  
do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto em face de decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Olinda, nos autos da **Ação Ordinária** nº 00011440-31.2013.8.17.0990, que denegou a antecipação de tutela pleiteada pelos autores, concernente ao direito à percepção de seus proventos de aposentadoria, com os valores da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04.

Na inicial, os autores/agravantes, policiais militares inativos da PMPE, invocaram o direito à percepção da integralidade de seus proventos, nos termos do art. 40, caput e § 8º, da CF/88, especificamente no tocante à referida **Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo**, ante o caráter *geral* da mesma, e bem assim o pagamento dos valores referentes à mesma, que deixaram de receber, “a contar do ato de passagem para inatividade até a data da implantação da referida Gratificação”.

Nesta sede recursal, pleiteiam os agravantes que “seja reformada integralmente a decisão interlocutória (...) para que seja implantada imediatamente a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, com fulcro no que preconiza a Lei Complementar nº 59, de 05 de julho de 2004, com os valores especificados pela Lei Complementar nº 169, de 20 de maio de 2011”

A FUNAPE, em contra-razões às fls. 53/78, argúi, em suma: (i) “o perigo de dano existente, volta-se contra a Administração Pública – perigo de dano inverso – na medida em que esta não tem como se ressarcir, satisfatoriamente, dos valores pagos antecipadamente, na hipótese provável de sair afinal vencedora na demanda”; (ii) “admitir a concessão de liminares, de antecipação de tutela de forma satisfativa na espécie, implica, necessariamente, na total negativa de vigência do art. 475, I, do Código de Processo Civil”; (iii) a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo é uma verba de natureza condicional, variável, precária e provisória, concedida ao pessoal do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, nos termos de sua Lei instituidora, qual seja, a Lei Complementar Estadual nº 59/04, portanto, de caráter *propter laborem*, não extensível aos pensionistas e aposentados; (iv) que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo teria caráter estritamente provisório e precário, eis que somente auferida pelos Policiais Militares no desempenho efetivo das atividades especiais e de risco estatuídas pelo art. 2º da LCE nº 59/2004, pelo que restaria inextensível aos proventos/pensões dos aposentados e pensionistas, nos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

termos do art. 14 da referida lei; (v) a inexistência de amparo legal à pretensão dos agravantes, tendo em vista tratar-se de gratificação de desempenho transitório de atividade, que não se incorpora aos proventos ou pensões deixadas por policiais militares; (vi) que a extensão de tal vantagem aos proventos do agravado ofenderia o princípio da legalidade estrita, que exige lei específica para fins de concessão de aumento de remuneração aos servidores públicos (art. 37, X, da CF/88); (vii) *“os §§ 7º e 8º do art. 40 da Carta Magna não conferem suporte ao pedido”*; (viii) *“a intenção dos agravantes foi invocar dispositivo constitucional, que prevê genericamente direito à paridade remuneratória”* (EC nº 41/2003); (ix) *“é incontroversa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que gratificações e verbas de caráter transitório, como as ora analisadas nos autos da presente ação, não se incorporam à remuneração, aos proventos ou às pensões deixadas por Policiais Militares”*; (x) *“há verbas não transferíveis à inatividade, sem que com isto, haja qualquer espécie de malferimento”* ao art. 40, §§ 2º e 8º da C

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou pelo *“provimento do recurso”*. (fls. 84/88).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 19 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0316917-3

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Luiz Barbosa de Aguiar e Outro

AGRAVADO: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores  
do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de inclusão, na base de cálculo dos proventos dos autores/agravantes, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04.

Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória denominada “*gratificação de risco de policiamento ostensivo*”.

Com efeito, verifico que os autores/agravantes promoveram a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação e ao deslinde do feito (fls. 25/33), restando comprovada a sua condição de policiais militares inativos da PMPE - o que, aliás, não foi impugnado pelos agravados - sendo certo, mais, como dito, que a questão da extensão da perquirida gratificação aos proventos em lume constitui matéria exclusivamente de direito.

A discussão de fundo, quanto à *natureza* da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, já se encontra sedimentada no plano local, consoante demonstram os precedentes a seguir, deste Tribunal:

*“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE. ART. 40 CF/1988. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE JORNADA EXTRA. PROPTER LABOREM. IMPOSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL. BOMBEIROS MILITARES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Pleiteia-se a o pagamento das pensões por morte nos valores que seriam devidos aos ex-servidores caso em atividade, incluindo-se as gratificações de Jornada Extra, de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como a de Risco de Atividade de Defesa Civil. 2. A Gratificação de Jornada Extra de Segurança se refere à realização de trabalhos específicos, caráter propter laborem, portanto, inextensível aos inativos. 3. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, tem caráter de generalidade, de tal forma que deve ser estendida aos inativos. 4. Quanto à Gratificação Risco de Atividade de Defesa Civil, encontra-se prevista na Lei Complementar nº 059/2004, cujo art. 12 dispõe que tão-*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

99  
8

*somente se aplica aos bombeiros militares que cumprirem determinados requisitos. Não é o caso. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido - À Unanimidade."(Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008). (grifos nossos)*

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. ART. 40, §5º, DA CF/88. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA DE NATUREZA ALIMENTAR. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Em se tratando de matéria de benefício previdenciário, por sua natureza alimentar, não se aplicam os óbices legais à concessão de liminares contra a Fazenda Pública. 2. No caso, a gratificação estendida e mantida aos proventos da embargada foi a concernente ao Policiamento Ostensivo. 3. Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga aos pensionistas e inativos. 4. Embargos conhecidos para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 40, §§7º e 8º, 100, 169 e 195, §5º, da CF/88, 730 do CPC, 2º-B, da Lei nº 9.494/97, Lei Complementar Estadual nº 59/04, Lei Estadual nº 11.327/96 e Súmula 729 STF. 5. Aclaratórios rejeitados por unanimidade." (Embargos de Declaração 154614-7/02, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, Julgado em 02/10/2008). (grifos nossos).*

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".

Nessa linha, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.

O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que **atuam na própria atividade-fim** da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º da LC 59/04 textualmente afirma que "O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar").

De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

100  
6

*militares*", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do **exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais**, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma *ordem de grandeza*).

É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si.

Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde.

Assim, pelo *mero exercício de funções normais*, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas (artificialmente apontadas como *propter laborem*, com o evidente propósito de frustrar o regime constitucional da paridade).

Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*.

Por outro lado, observo que a Emenda Constitucional nº 41/2003 modificou as regras de aposentação do servidor público vinculado a Regime Próprio de Previdência Social, excluindo o direito à integralidade (passando o benefício a ser calculado pela média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor), além de pôr fim à paridade entre ativos e inativos, assegurando o reajustamento anual dos benefícios por índice fixado em lei.

Todavia, é consabido que a reforma criou regras de transição, buscando atender aos servidores dotados de expectativa de direito à época do seu advento, quando já participavam do regime próprio de previdência, mas sem o preenchimento de todos os requisitos para a aposentadoria.

Assim, a EC nº 41/2003 permitiu aos servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 a possibilidade de manutenção da integralidade e paridade dos seus vencimentos na inatividade, desde que atendidos requisitos maiores de tempo de contribuição previstos no seu art. 6º, ressaltando o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 40 da Constituição Federal.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Posteriormente, a EC nº 47/2005 trouxe regra mais favorável, alcançando os servidores já vinculados a RPPS até 16/12/1998, permitindo a eles aposentadoria com proventos integrais e paridade plena, nos moldes do seu art. 3º, *in verbis*:

“Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo”. (Grifou-se)

Nesse contexto, não visualizo verossimilhança na alegação de que os servidores **Luiz Barbosa de Aguiar** e **Alexandre Nascimento da Silva** não teriam direito à integralidade e à paridade, em função de terem sido aposentados após a EC nº 41/2003, sem que fizessem “*prova suficiente de que tenham alcançado e cumprido as regras de transição especificadas na Emenda Constitucional nº 47/2005*”.

Observo, no ponto, que, do teor do ato de aposentadoria de **Alexandre Nascimento da Silva** (Portaria Sare nº 3.122/04 à fl. 31), extrai-se que o mesmo foi aposentado com os proventos integrais; da mesma forma, do julgamento do ato de aposentadoria de **Luiz Barbosa de Aguiar** pelo Tribunal de Contas do Estado (à fl. 27), observa-se que o mesmo foi aposentado, também, com proventos integrais, “*ressalvadas as melhorias posteriores*”, o que aparentemente demonstra lhes terem sido asseguradas a integralidade e a paridade.

Assim, o reconhecimento – *em juízo de cognição sumária* - do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido dos autores.

Por isso, impõe-se a inclusão da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC nº 59/04, na base de cálculo dos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador, não se tratando de aumento de remuneração de inativos ou pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da vinculação remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *'tempus regit actum'*), nos termos da jurisprudência pacífica do STF.

Nessa perspectiva, impõe-se o reconhecimento da presença tanto do *fumus boni iuris* como do *periculum in mora* na hipótese vertente (este último pelo evidente caráter alimentar da verba em lumen).

Ante o exposto, **dou provimento** ao presente Agravo de Instrumento.

É o voto.

Recife, 29 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator